

# ELA

## Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção  
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS  
P. da Independência - Tel. 362167 - L. de S. Domingos - LISBOA  
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas  
EDITORIAL MINERVA  
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

### EDITORIAL

Quem consome mais  
do que produz?

O Povo Português iniciou mais um ano que promete ser próspero em privações. Os responsáveis deste País, a nível de governo e de Forças Armadas, continuam a apontar o dedo, impunemente, para os trabalhadores, acusando-os de produzirem pouco e consumirem muito. E este povo, habituado a tudo, tudo consente. Vai magicando: eles é que sabem, eles é que estudaram, eles é que governam, etc. O peso da submissão de quase 50 anos dobra as pessoas e obriga-as a caminhar de cabeça baixa e a tudo permitir aos seus governantes (e se acaso se insurgem logo se pode ser catalogado de subversivo, reaccionário ou outros nomes feios). Foi baseada nesta certeza que Salazar pôde manobrar a seu bel-prazer alguns milhões de pessoas; é baseada nesta certeza que os actuais responsáveis decretam medidas antipopulares e tornam a vida cada vez mais dura e difícil a este povo tão massacrado.

Este povo massacrado vê um futuro cada vez mais negro à sua frente. A bolsa começa a esvaziar-se cada vez mais depressa à medida que o fim do mês se aproxima. Os preços aumentaram (e não só dos produtos superfluos), os ordenados mantêm-se, congelados. Concerteza que não serão os detentores do capital, aqueles que têm grandes depósitos nos bancos dos vultuosos rendimentos (não fruto do seu trabalho, mas do trabalho de outros), concerteza que não serão estes que vão sofrer com os aumentos agora decretados, que para lhes fazer face possuem reservas suficientes. Quem sofrerá, e sofre já, serão os trabalhadores, como aliás é habitual, serão aqueles que vivem do fruto do seu trabalho, que tentam viver do magro vencimento que não aumenta.

Mas é para estes que se ergue o dedo ameaçador dos governantes, acusando-os de consumirem mais do que produzem, quando são estes, os trabalhadores, que produzem, com o fruto do seu trabalho, o insuficiente para eles e o suficiente para tantos parasitas e exploradores que por aí andam, para cuja conduta os governantes parece pretenderem achar desculpa, senão apoio.

### Cultura para o povo

Após o vinte e cinco de Abril, muito se tem falado em Portugal sobre uma cultura para o Povo. Nos locais onde habitualmente se trata a cultura tem-se até traçado algumas linhas com vista a encontrar solução para se conseguir uma cultura adequada para aqueles que nunca tiveram possibilidades de ler determinados livros, a fim de enriquecerem os seus conhecimentos para uma maior organização política e social. Tem-se pensado em ir para junto do povo, para os quartéis, para os bairros, para as aldeias, a fim de, em contacto com os seus usos e costumes, com

(Continua na 6.ª pág.)

## Decreto-Lei dos Deficientes das F. A. Mártir dos Gabinetes

A ADFA teve, até certa altura, participação directa no processo de criação do Decreto-Lei dos Deficientes das F. A. A partir de dada altura, aliás depois de totalmente elaborado e depois de dar entrada em Conselho de Ministros, todo o tratamento de que o Decreto foi objecto passou a constituir algo de estranho para a Associação. Pode-se considerar o processo de cria-

ção do Decreto dividido em duas partes: uma, enquanto a ADFA participou directamente, o acompanhou, lhe insuflou vida, desempenhando assim um papel fundamental; a outra parte será aquela em que a Associação o perdeu de vista, dele, do seu estudo e da sua localização passou a ter conhecimento apenas através de vias indirectas, através de meias informações, de

meias palavras, de «parece que é assim, mas ainda não se sabe, etc.»

Este é o triste quadro da realidade dura. Os deficientes deixaram de ser ouvidos para a resolução dos seus problemas. Agora não se trata de resolver os seus problemas, mas trata-se de não os resolver; trata-se de deixar na miséria quem na miséria estava; trata-se de deixar sem quaisquer direitos quem direitos deverá ter; trata-se de deixar os deficientes, que criminosamente foram lançados numa situação de total abandono pelos generais e ministros fascistas, no mesmo abandono, enfim, trata-se de deixar tudo na mesma.

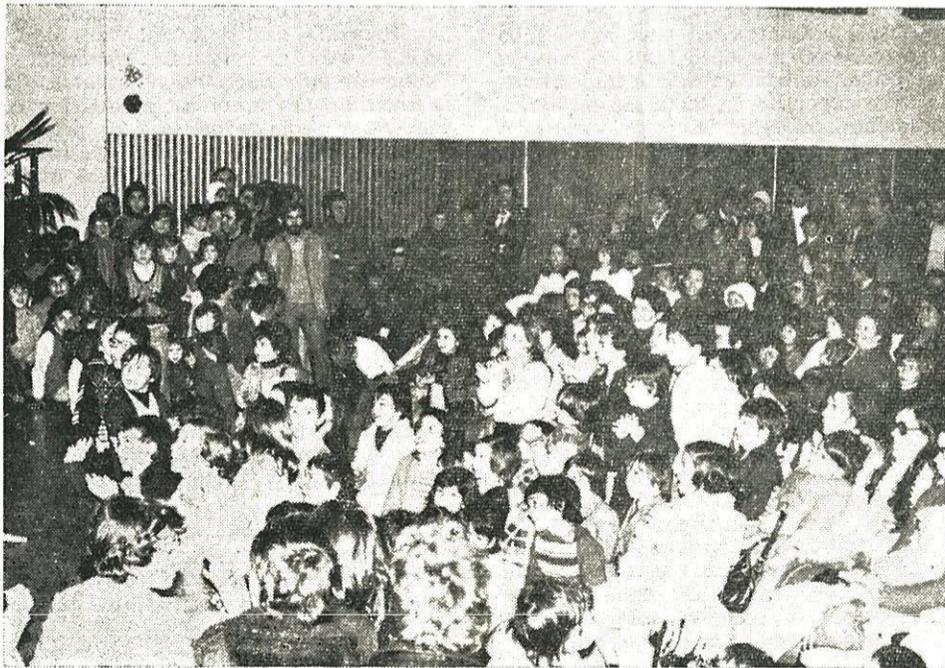
Através de vias indirectas, a que agora a Associação se vê obrigada a recorrer para saber da situação do Decreto-Lei, a Direcção, nas diligências efectuadas conseguiu apurar que, ao contrário do que ultimamente estávamos convencidos, o Decreto aprovado pelo Conselho de Ministros se aplicará aos deficientes (em campanha e outras situações semelhantes, como já é sabido) com mais de 30 % de incapacidade. Tal como na devida altura noticiámos, a nota do Conselho de Ministros que dava conta da aprovação do Decreto-Lei dos Deficientes das F. A. referia que esse Decreto se aplicava a deficientes com mais de 30 % de incapacidade. Em contactos posteriores da Associação com o Ministério da Defesa Nacional a Associação soube que o gabinete desse Ministério ia propor ao Conselho de Ministros a revisão de alguns pontos, o que aliás era imprescindível para que o Decreto pudesse de facto ser aplicado (tal era o emaranhado incompreensível que tinha saído do governo), entre os quais constava a determinação de a percentagem de incapacidade passar a ser considerada a partir de 15 %. A Associação teve conhecimento, posteriormente, que o Conselho de Ministros havia apreciado as emendas propostas pelo gabinete do Ministério da Defesa Nacional, incluindo o estabelecimento do grau de incapacidade mínimo de 15 %. Há dias, a Direcção foi informada do contrário, isto é, que o Conselho de Ministros havia mantido a percentagem de 30 %. Cabe aqui perguntar: e aqueles deficientes de incapacidade compreendida entre 15 e 30 % acidentados em campanha, e que, por conseguinte, à luz

(Continua na 6.ª pág.)

### Festa do Natal da Associação

Eram muitas as crianças, muitas mais do que esperávamos. Não foi apenas pelo brinquedo ou pelo balaço que vieram, apercebemo-nos disso. Vieram porque comungam, mesmo sem que os adultos se apercebam, do ideal e da força, ou mesmo necessidade, dos seus pais. Ainda bem pequenas, as crianças sentem e vivem os problemas e situações dos seus pais; Ainda bem pe-

pelo brinquedo que afinal não levaram (queremos abrir aqui um parêntesis para vos pedir desculpa a vós pequenitos — talvez no próximo haja um brinquedo), vieram impelidas pela força do associativismo, pelo entusiasmo de participarem na consolidação do que é também seu, pela determinação que resulta da força de seus pais para o prosseguimento de uma luta que é justa



Aspecto da sala, durante a festa de Natal

quenas sentem e notam a alteração física a que assistiram no pai ou que sempre conheceram assim mas sabem que diferente.

Sobre as crianças, e não só sobre os pais deficientes, cai o peso da injustiça, do abandono, da marginalização. As crianças estão irmanadas com os seus pais na luta que estes estão travando. Foram muitas as crianças que vieram à festa de Natal da Associação. Não vieram só

e do êxito da qual depende também, e sobretudo, o futuro delas, crianças.

Entre as muitas crianças havia também muitas crianças acompanhadas apenas pela mãe, pela mãe que também luta integrada na Associação, por causa de um regresso que não se verificou. A vós, pequenos, que não vistes regressar os

(Continua na 6.ª pág.)

# AS REVOLTAS CAMPONESAS DA MARIA DA FONTE

## AS REVOLTAS CAMPONESAS DA MARIA DA FONTE

Há mais de um século, na década de 40 de 1800 explodiu uma poderosa revolta camponesa no norte do país que ficou conhecida na História de Portugal pelo nome de revolta da Maria da Fonte.

Conhecer os traços fundamentais da situação histórica da revolta, as forças e as formas do seu desenvolvimento que atingiu o grau superior da luta armada e tirar daí as lições para o movimento camponês que conhece nos nossos dias um dos pontos mais altos da sua história, eis a razão principal deste estudo.

No seu início as revoltas camponesas fugiam ao controlo de qualquer das facções da burguesia em disputa pelo poder, passando por fases características até atingir a luta armada. A partir do momento em que, com a formação das Juntas, a burguesia setembrista aliada à antiga nobreza miguelista logrou tomar a direcção do movimento popular, a revolta transformou-se numa guerra civil entre as duas camadas da burguesia que culmina com a intervenção estrangeira e o esmagamento do movimento camponês.

### O QUADRO HISTÓRICO: AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, AS CLASSES E OS PARTIDOS

As origens de uma qualquer luta política têm sempre a ver com uma determinada situação económica e com um certo tipo de relações de produção. O materialismo dialéctico e o materialismo histórico ensina-nos que isso é assim e fornece-nos as armas da teoria para devasar qualquer época e qualquer domínio da história da sociedade humana.

A primeira metade do século XIX da formação socio-económica portuguesa caracteriza-se ao nível das relações de produção por um avanço decisivo embora não linear das relações de produção capitalistas sobre as relações de produção feudais. O regime colonial português assente na pilhagem pura e simples das colónias e do tráfico de escravos negros proporcionava uma certa base para a acumulação primitiva do capitalismo português que dava mostras de querer começar a desenvolver-se de acordo com os processos que lhe são próprios. E, aliás o que se deduz das palavras de Mouzinho da Silveira, um dos grandes legisladores da burguesia ascendente: «os portugueses se atormentam, se perseguem e se matam uns aos outros por não terem entendido que o Reino, tendo feito grandes conquistas, viveu por mais três séculos do trabalho dos escravos, e que, perdidos os escravos, era preciso criar uma nova maneira de existência, multiplicando os valores pelo trabalho próprio». Na verdade o objectivo primeiro da produção capitalista é a multiplicação do capital-valor, através da exploração do trabalho assalariado, isto é, do «trabalho próprio» não do Mouzinho da Silveira ou dos seus comparsas burgueses, mas sim do povo português.

Todavia, a extrema dependência económica, política e militar do imperialismo inglês, não permitiu o desenvolvimento do capitalismo industrial, bastante débil quer do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, quer da quantidade de estabelecimentos fabris e do número de operários que empregava.

Ao lado de uma estrutura feudal nos campos, predominava um capitalismo comercial, rural e usurário que em 1820 serve de base ao triunfo da Revolução liberal, tida como marco a partir do qual a burguesia se torna na classe dominante da sociedade portuguesa, mas não exclusivamente, atendendo à forma de compromisso em relação aos grandes senhores das terras com que assumiu o poder. Esta vitória do liberalismo não traz de imediato uma transformação profunda nas relações de produção feudais existentes no campo; o que até certo ponto é o sintoma da implicação dos interesses dos latifundiários na própria Revolução. As primeiras medidas políticas da Revolução não vão contra os latifúndios daqueles mas sim contra os pastos comuns e as terras comunais úteis para a produção agrícola comercializada (vinho, frutas, gado e azeite). Do mesmo modo, os baldios começam a passar das mãos do povo para a posse dos municípios que não poucas vezes os vendem aos proprietários ricos. Ao contrário, a abolição dos encargos feudais que pesavam sobre os camponeses foi lenta e arrastou-se mesmo até aos nossos dias como foi o caso dos forais cuja reforma começou a ser tratada bastante cedo. As obrigações pessoais tipicamente feudais são, porém, suprimidas em 1821, pelo menos no papel.

A transferência de propriedades da velha para a nova nobreza e para a bur-

guesia financeira ganha um grande impulso em 1834, depois da guerra civil de 1832-34, com a espoliação dos bens da Igreja e a alienação fraudulenta dos bens nacionais. A espoliação dos bens da Igreja foi iniciada com a extinção dos dízimos ou décima a Deus que gravava os próprios rendimentos régios desde 1218 e consumada com a supressão das Ordens Religiosas a 28 de Maio de 1834 levada a efeito pelo então ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar. Os 510 conventos cujo rendimento era avaliado em 1.162.000 réis passaram para o controlo do Estado que apenas 21 dias depois os começava a vender como bens nacionais.

A venda dos bens nacionais assinala um marco importante nesta época histórica quer pelo volume e valor dos bens transaccionados em hasta pública quer ainda pelos métodos e processos usados na venda. Para os 510 conventos apareceram apenas 600 compradores até 1836. Mas para se ver até que ponto a aristocracia financeira e os próprios latifundiários vieram a aproveitar-se das extensas propriedades vendidas basta recordar que mais de metade do produto da venda dos bens nacionais foi paga com títulos da dívida pública e outros devi-

no entanto, a criar as bases para o desenvolvimento de um mercado interno, lançando nesta altura a construção das primeiras estradas modernas à custa de um agravamento de impostos, sendo embora o objectivo imediato facilitar a circulação das mercadorias estrangeiras importadas e o escoamento dos produtos de exportação. Novos empréstimos externos e a entrega destes empreendimentos ao capital estrangeiro enfeudam completamente a burguesia financeira ao imperialismo que virá mesmo a intervir em Portugal para pôr termo à revolução popular que se generalizou até ao ano de 1847.

As classes principais em confronto e cuja luta foi o motor deste período histórico podem resumir-se da seguinte maneira: a nobreza feudal, constituída pelos senhores das terras, parasitária juntamente com o clero, e exploradora dos camponeses através das mais diversas obrigações pessoais, tributos, décimas, etc.; a burguesia compradora, rural, comercial e financeira mais ou menos vendida ao imperialismo e com interesses colonialistas; a média e pequena burguesia industrial e comercial não incluída na classe precedente, bastante débil; os

nalistas (operários do Arsenal do Alfeite), desencadeia um movimento democrático e nacional em Setembro de 1836 que se saldou pelo derrube do regime vigente, a abolição da Carta de 1826 e a restauração da Constituição de 1822.

A fragilidade da base económica desta burguesia nacional não permite que o regime «setembrista» se mantenha por muito tempo. O ascenso da luta popular vai separar dos setembristas uma ala radical — os Montanistas, apoiados pelos operários e empurrar esta camada da burguesia para posições conciliatórias com a grande burguesia financeira que vão permitir a esta última alcançar os seus objectivos: dissolver as Guardas Nacionais, braço armado dos «setembristas», e esmagar as milícias populares. De facto, a grande burguesia volta a restaurar a Carta Constitucional em 1842 e instaura uma feroz ditadura com Costa Cabral.

É contra esta ditadura que se vai erguer a revolta popular Maria da Fonte. Esta revolta autónoma e independente dos camponeses expressa bem a sua atitude revolucionária e consciente em relação à situação histórica. Com efeito, eles não queriam continuar a viver esmagados por toda a casta de tributos, encargos e obrigações decorrentes do direito e da ordem feudais, tais como os foros, as jugadas, os censos, os dízimos, etc. Mas, por outro lado, a burguesia capitalista ao mesmo tempo que os aliviava de algumas obrigações feudais expropriava-lhes os baldios, os pastos comuns e negava-lhes, por vezes, os direitos de possuírem habitação sobre as suas propriedades, de se abastecerem de lenha, etc., enfim eram despojados de todas as garantias de existência oferecidas pela antiga ordem de coisas. A clara percepção de tudo isto leva-os a opôr-se tanto aos senhores das terras como à burguesia financeira; é o que se vê materializado com uma extrema limpidez na queima simultânea das folhas de impostos modernos e dos registos das enfiteuses e dos encargos foreiros, aquando do ataque popular aos órgãos de administração da burguesia.

Cedo se começaram a verificar os descontentamentos populares contra o regime ditatorial de Costa Cabral. O desenvolvimento do capital comercial e financeiro vai ter repercussões nas diversas classes que constituíam a sociedade de então. Aqueles que vão ser mais atingidos serão os camponeses pobres, os assalariados rurais e os camponeses médios. A ruína dos camponeses pobres e assalariados rurais vai-se acentuando cada vez mais, principalmente provocada pelo aumento de impostos. A nova lei dos forais não terá outro resultado senão o de manter as contribuições aos pequenos proprietários e rendeiros. A baixa de salários que começa a verificar-se no regime de Costa Cabral, contrapõem-se, precisamente em 1846, uma alta acentuada nos preços, principalmente de produtos alimentares. É de notar que não eram apenas os camponeses que eram afectados pela oligarquia cabralina. Outros classes e sectores da classe, tais como alguns sectores da pequena e média burguesia da cidade e dos campos, nos quais se incluía a extremamente fraca burguesia nacional, bem como a nobreza feudal, partidária de D. Miguel, encontravam-se com os camponeses no seu descontentamento contra o governo de Costa Cabral. A classe operária em formação, portanto muito fraca, dará contudo no decurso deste período as provas do seu espírito revolucionário de classe.

(Conclui no próximo número)

(Transcrição da revista o «Tempo e o Modo»)



dos a indemnizações do Estado aos «cavaleiros» liberais e vitoriosos da guerra civil, «papelada» pura e simples no entender do historiador burguês Oliveira Martins. Assim se negava a terra aos camponeses, mantendo-se no essencial as mesmas relações de produção nos campos.

Paralelamente era consagrada a liberdade de indústria em 1834 e abolida a Casa dos Vinte e Quatro — associação medieval de carácter corporativo. A Casa dos Vinte e Quatro era uma corporação de artes e ofícios, obedecendo a normas limitativas da concorrência e impeditivas da livre expansão da indústria e que logicamente foi abolida pela burguesia, tendo alguns dos seus mestres ascendido a capitalistas industriais e os outros e a restante massa de aprendizes foram engrossar o proletariado. Estes são sinais evidentes do sentido da evolução das relações de produção — corroendo e dissolvendo a antiga ordem de coisas para fazer surgir no seu lugar, frente a frente, o capital e o assalariado «livre» de todos os meios de produção e de subsistência.

O período que se segue de 1836 a 1838 desenrola-se sob o signo do capitalismo industrial onde predomina a pequena produção. Pela primeira vez são tomadas medidas contra a vontade dos imperialistas ingleses, nomeadamente a promulgação da pauta aduaneira de 1837. A crise económica de sobreprodução do ano de 1836 tinha provocado igualmente em Portugal uma reacção da indústria artesanal que se via a braços com a concorrência das mercadorias estrangeiras.

No Porto, nos últimos dias de Abril, cerca de duzentos marceneiros destruíram os móveis de origem alemã que estavam a ser descarregados no cais de desembarque, manifestando-se em seguida em frente de várias firmas estrangeiras com delegações na cidade.

O desenvolvimento industrial não vingará e de novo até à revolta da Maria da Fonte vai dominar o capital financeiro abalançado na especulação, aprofundando a crise económica e intensificando a exploração das massas populares. São então criadas diversas companhias (Companhia dos Tabacos, do Sabão e das Pólvoras, Companhia Confiança Nacional, Companhia das Obras Públicas, Companhia das Estradas do Minho, etc.) que se entregam à especulação com as suas próprias acções. A burguesia começa já,

camponeses médios e pobres, estes últimos sobrecarregados de obrigações pessoais; o proletariado pouco numeroso e ainda sem organização própria.

A Revolução liberal coloca frente a frente o partido dos miguelistas defendida a nobreza feudal e a burguesia no seu conjunto. A antiga nobreza vai ser ou legitimistas e a burguesia identificada com o partido dos constitucionais (Constituição de 1822), vai ser mais tarde representada pelos cartistas e pelos setembristas. Os cartistas formavam o partido da grande burguesia comercial e financeira enfeudada ao imperialismo e os setembristas eram os partidários da pequena e média indústria, e do pequeno e médio comércio. A burguesia financeira e comercial apoiada pelo capital inglês sai triunfante da contenda e lança-se numa frenética actividade legislativa que, no entanto, dada a natureza parasitária desta classe, não encontra uma resposta prática no campo da indústria, factor determinante para o desenvolvimento capitalista da época.

A oligarquia financeira sustentada pelo imperialismo inglês encontrava na média e pequena-burguesia industrial ciosas de crescer, uma forte oposição que, ganhando a si o proletariado, cujo destacamento mais importante era o dos arse-

Assinar o «ELO» significa estar de acordo com um conjunto de ideias e sobretudo apoiar os Deficientes na SUA LUTA.

Recorte e envie para o JORNAL «ELO» — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO VOSSO JORNAL

NOME .....

MORADA .....

ANUAL ..... 100\$00

SEMESTRAL ..... 50\$00

Marque com um X no quadrado respectivo.

# A REVOLUÇÃO CULTURAL

## MARCO ESSENCIAL NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POPULAR

### TRÊS FONTES E TRÊS PARTES INTEGRANTES DO MARXISMO

por LÊNINE

A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade e o maior ódio de toda a ciência burguesa (tanto a oficial como a liberal), que vê no marxismo qualquer coisa como uma «seita nefasta». E não se pode esperar outra atitude, pois numa sociedade erigida sobre a luta de classes não pode haver uma ciência social «imparcial». De um modo ou de outro, toda a ciência oficial e liberal defende a escravatura assalariada, ao passo que o marxismo declarou guerra implacável a essa escravatura. Esperar uma ciência imparcial numa sociedade de escravatura assalariada seria a mesma pueril ingenuidade que esperar dos fabricantes imparcialidade quanto à conveniência de aumentar os salários dos operários em detrimento dos lucros do capital.

Mas há mais. A história da filosofia e a história das ciências sociais ensinam com toda a clareza que não há no marxismo nada que se pareça com o «secretarismo», no sentido de uma doutrina fechada em si mesma, rígida, surgida à margem do caminho real do desenvolvimento da civilização mundial. Pelo contrário, o génio de Marx baseia-se precisamente em ter resolvido os problemas suscitados anteriormente pelo pensamento avançado da Humanidade. A sua doutrina apareceu como *continuação* directa e imediata das doutrinas dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo.

A doutrina de Marx é todo-poderosa porque é exacta. É completa e harmónica e dá aos homens uma concepção do Mundo íntegra, intransigente com toda a superstição, com toda a reacção e com toda a defesa da opressão burguesa. O marxismo é o sucessor natural do melhor que a Humanidade criou no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês.

Vamos deter-nos brevemente nestas três fontes do marxismo, que são ao mesmo tempo as suas três partes integrantes.

#### I

A filosofia do marxismo é o *materialismo*. Ao longo de toda a história moderna da Europa, e especialmente em fins do século XVIII, em França, onde se travou a batalha decisiva contra toda a imundície medieval, contra o feudalismo nas instituições e nas ideias, o materialismo demonstrou ser a única filosofia consequente, fiel a todos os princípios das ciências naturais, hostil à superstição, à hipocrisia, etc. Por isso, os inimigos da democracia procuravam com todas as suas forças «refutar», minar, caluniar o materialismo, e defendiam as diversas formas do idealismo filosófico, que se reduz sempre, de um modo ou de outro, à defesa ou ao apoio da religião.

Marx e Engels defenderam do modo mais enérgico o materialismo filosófico e explicaram reiteradas vezes o erro profundo que significava tudo quanto fosse desviarmo-nos dele. Onde com maior clareza e pormenor aparecem expostas as suas opiniões é nas obras de Engels intituladas *Ludwig Feuerbach e Anti-Dühring* que, tal como o *Manifesto Comunista*, são livros que não devem faltar nas mãos de nenhum operário consciente.

Mas Marx não se deteve no materialismo do século XVIII, antes levou mais longe a filosofia. Enriqueceu-a com aquisições da filosofia clássica alemã, especialmente do sistema de Hegel, que por seu turno conduziu ao materialismo de Feuerbach. A principal destas aquisições é a *dialéctica*, isto é, a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em constante desenvolvimento. As novíssimas descobertas das ciências naturais — o rádio, os electrões, a transformação dos elementos — confirmaram de modo admirável o materialismo dialéctico de Marx, a despeito das doutrinas dos filósofos burgueses, com os seus «novos» retornos ao velho e apodrecido idealismo.

Marx aprofundou e desenvolveu o materialismo filosófico, levou-o ao seu termo e tornou extensivo o seu conhecimento da Natureza ao conhecimento da *sociedade humana*. O *materialismo histórico* de Marx é uma conquista formidável do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade, que até então imperavam nas concepções relativas à história e à política, sucedeu uma teoria científica espantosamente completa e harmónica, que mostra como de um tipo de vida social se desenvolve, em virtude do crescimento das forças produtivas, outra mais alta, como do feudalismo, por exemplo, nasce o capitalismo.

Do mesmo modo que o conhecimento do Homem reflecte a Natureza, que existe independentemente dele, isto é, a matéria em desenvolvimento, o *conhecimento social* do Homem (ou seja, as diversas opiniões e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.) reflecte o *regime económico* da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se ergue sobre a base económica. Vemos assim, por exemplo, como as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado.

A filosofia de Marx é o materialismo filosófico acabado, que deu uma formidável arma de conhecimento à Humanidade e sobretudo à classe operária.

#### II

Depois de verificar que o regime económico é a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx entregou-se sobretudo ao estudo atento desse regime económico. A obra principal de Marx, *O Capital*, é dedicada ao estudo do regime económico da sociedade moderna, isto é, da sociedade capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx formara-se em Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido. Adam Smith e David Ricardo assentaram nas suas investigações do regime económico os fundamentos da *teoria do trabalho base de todo o valor*. Marx prosseguiu a sua obra, fundamentando com toda a precisão e desenvolvendo consequentemente essa teoria e demonstrando que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção.

Onde os economistas burgueses viam relações entre objectos (troca de umas

mercadorias por outras), Marx descobriu *relações entre pessoas*. A troca de mercadorias exprime o elo estabelecido por intermédio do mercado entre os diversos produtores. O *dinheiro* indica que esse elo se torna mais apertado e liga indissolúvelmente num todo a vida económica dos diversos produtores. O *capital* significa um maior desenvolvimento desse elo: a força de trabalho do homem transforma-se em mercadoria. O operário assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, da fábrica ou dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte do dia de trabalho a cobrir o custo do seu sustento e da sua família (salário); durante a outra parte do dia de trabalho trabalha gratuitamente, cria para o capitalista a *mais-valia*, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista.

A teoria da mais-valia é a pedra angular da doutrina económica de Marx.

O capital criado pelo trabalho do operário oprime o operário, arruina o pequeno patrão e cria um exército de desempregados. Na indústria, nota-se imediatamente o triunfo da grande produção, mas também na agricultura deparamos com o mesmo fenómeno: aumenta a superioridade da grande agricultura capitalista, cresce o emprego de maquinaria e a propriedade camponesa cai nas garras do capital financeiro, enfraquece e arruina-se debaixo do peso da técnica atrasada. A decadência da pequena produção reveste-se de outras formas na agricultura, mas essa decadência é um facto indiscutível.

Ao esmagar a pequena produção, o capital faz aumentar a produtividade do trabalho e cria uma situação de monopólio a favor dos consórcios dos grandes capitalistas. A própria produção vai adquirindo cada vez mais um carácter social — centenas de milhares, milhões de operários são articulados num organismo económico coordenado —, enquanto um punhado de capitalistas se apodera do produto do trabalho comum. Aumentam a anarquia da produção, as crises, a louca correria em busca de mercados e a escassez de meios de subsistência para as massas da população.

Ao aumentar a dependência dos operários em relação ao capital, o regime capitalista cria a grande força do trabalho associado.

Marx segue a evolução do capitalismo desde os primeiros germes da economia mercantil, desde a simples troca até às suas formas mais altas, até à grande produção.

E a experiência de todos os países capitalistas, tanto dos velhos como dos novos, mostra claramente todos os anos, a um número cada vez maior de operários, a exactidão desta doutrina de Marx.

O capitalismo venceu no Mundo inteiro, mas a sua vitória não passa do prelúdio do triunfo do trabalho sobre o capital.

#### III

Quando o regime feudal foi aniquilado e viu a luz do dia a *livre* sociedade capitalista, verificou-se imediatamente que essa liberdade representava um novo sistema de opressão e exploração dos trabalhadores. Como reflexo dessa opressão e como protesto contra ela, começaram imediatamente a surgir diversas doutrinas socialistas. Mas o socialismo primitivo era um socialismo *utópico*. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava acerca de um regime melhor, queria

convencer os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravatura assalariada sob o capitalismo nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de empreender a criação de uma nova sociedade.

Entretanto, as tempestuosas revoluções que acompanharam por toda a Europa, e especialmente em França, a queda do feudalismo, da servidão da gleba, permitiam ver cada vez mais palpavelmente que a base de todo o desenvolvimento e a sua força motriz era a *luta de classes*.

Nem uma só vitória da liberdade política sobre a classe feudal foi alcançada sem desesperada resistência. Nem um só país capitalista se formou sobre uma base mais ou menos livre, mais ou menos democrática, sem uma luta de morte entre as diversas classes da sociedade capitalista.

O génio de Marx revela-se em ter sabido deduzir daí e aplicar consequentemente, antes de mais ninguém, a conclusão implícita na história universal. Esta conclusão é a doutrina da *luta de classes*.

Em política, os homens têm sido sempre vítimas tolas do logro dos demais e do logro próprio, e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a discernir por detrás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os *interesses* de uma ou de outra classe. Os partidários de reformas e melhorias serão sempre intrujados pelos defensores do velho enquanto não compreenderem que qualquer instituição velha, por mais bárbara e pôdre que pareça, se sustenta pela força desta ou daquela classe dominante. E para vencer a resistência dessa classe, só há *um* meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, educar e organizar para a luta as forças que possam — e pela sua situação social *devam* — formar a força capaz de varrer o velho e criar o novo.

Só o materialismo filosófico de Marx indicou ao proletariado a saída da escravatura espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no regime geral do capitalismo.

No Mundo inteiro, da América do Norte ao Japão e da Suécia à África do Sul, multiplicam-se as organizações independentes do proletariado. Este instrui-se e educa-se mantendo a sua luta de classe, liberta-se dos preconceitos da sociedade burguesa, adquire uma coesão cada vez maior, aprende a medir o alcance dos seus êxitos, tempera as suas forças e cresce irresistivelmente.

Publicado com a assinatura V. I. em Março de 1913, no número 3 da revista *Prosveschenie*.

Tradução: Adelino dos Santos Rodrigues

No nosso «stand» no Largo de S. Domingos, estão à venda a preços populares, «Textos Operário Vermelho»:

As vicissitudes da doutrina de Karl Marx — Lênine.

As Massas edificam o Socialismo o Partido fá-las ganhar consciência — Enver Hoxha.

Comunicação acerca da posição do proletariado perante a democracia pequeno-burguesa — Lênine.

# VIDA ASSOCIATIVA

## ESCLARECIMENTO

*Sobre a reunião de trabalho de 3.ª feira, dia 9-12-75*

Ao darmos a notícia de que a Direcção da ADFA decidiu demitir-se em bloco para simplificar os trabalhos da próxima Assembleia Geral Extraordinária, por lapso nosso, pelo qual pedimos desculpa, não informámos que a Direcção, embora demissionária assegurará todos os serviços até ser eleita nova Direcção.

Aqui fica, portanto, o esclarecimento e o nosso pedido de desculpa aos interessados.

## REUNIÃO DE TRABALHO DE 3.ª FEIRA, DIA 16-12-75

A reunião começou cerca das 21h30, com a seguinte ordem de trabalhos: Eleição da Comissão Eleitoral para as próximas eleições.

Nesta reunião ficou decidido que também nas Delegações será feita a votação para eleição da nova Direcção da ADFA. Embora tenham sido todas convocadas para esta reunião, só compareceram delegados do Porto, Bragança e Viseu.

A iniciar a reunião o Brito leu a convocatória para esta reunião, enviada a todos os sócios da zona de Lisboa.

O Sertório sugeriu uma lista com cinco nomes para fazerem parte da Comissão Eleitoral.

Alguns componentes desta lista não se mostraram interessados e a Delegação do Porto adiantou uma contraproposta. Darem-se 15 minutos para a apresentação de listas.

O Sertório concordou e disse que retirava a sua proposta.

Aqui foi referido por um associado que discordava das duas propostas, pois que antes de eleger uma Comissão Eleitoral devia-se discutir qual iria ser o trabalho dessa comissão.

Face a isto, a Delegação do Porto referiu que estava de acordo e que retirava a sua proposta.

Neste momento vários associados usaram da palavra sobre este ponto, tendo o Maurício intervido para referir que apoiava a proposta do Porto.

Analisada a situação pela mesa chegou-se à conclusão que havia duas propostas concretas. Votadas essas propostas, ganhou a proposta do Porto, pelo que se fez um intervalo de 15 minutos para apresentar listas.

Lidas as listas apresentadas nenhum dos propostos aceitou, pelo que se ficou no impasse inicial. Alguém alvitrou que se votasse a proposta da Direcção.

Houve ainda um associado que propunha que a Comissão Eleitoral devia ser composta por um elemento de cada Delegação e dois ou três da Sede.

Verificou-se depois da discussão que havia nove elementos que aceitavam fazer parte da Comissão Eleitoral. Votada a lista foi aprovada por unanimidade.

Esta lista é composta por: Roque, Maia, Martins, Pedro, Pallos, Barros, Marcelino e mais um elemento de cada Delegação.

O Sertório deu ainda o parecer que a Lei Eleitoral deverá ser enviada a todas as Delegações, para possíveis alterações.

Foi referido ainda por um ele-

mento da lista aprovada que a Lei Eleitoral deve ficar a cargo exclusivo da Comissão Eleitoral.

Foi ainda proposto elaborar o Projecto de Alteração dos Estatutos ao mesmo tempo que a Lei Eleitoral.

Ficou também definido que no caso de algum membro da Comissão Eleitoral desistir, os restantes elementos podiam eleger os substitutos.

## POLÍTICA TRANSPARENTE

As organizações são como as pessoas, nascem, crescem e, fatalmente morrem. São apoiadas, louvadas, criticadas, atacadas e, muitas vezes, condenadas. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas nasceu com a pujança e força que o momento (25 de Abril) lhe proporcionou e com a determinação que os seus fundadores, tentando interpretar o espírito de todos os deficientes, lhe inculcaram. Que os seus fundadores pretendiam, com toda a fidelidade, respeitar o interesse e os anseios de todos os deficientes, podemos reafirmá-lo sem qualquer sombra de medo ou pesar de consciência; se o conseguiram, a história o dirá, a história da Associação, claro. Para já, atendendo aos largos meses já passados de vida da ADFA, alguma história se poderia já fazer, muitas conclusões se poderiam já tirar. Não somos nós, claro, neste jornal, que ousaremos lançar-nos nessa tarefa, até porque correríamos o risco que correram muitos historiadores da história de Portugal por serem da casa (da casa do rei, no caso deles, da Associação, no nosso). Nós limitamo-nos a transcrever nas folhas deste jornal os vários documentos e a assinalar os vários acontecimentos de que a Associação tem sido fértil. Se a capacidade analítica e o rigor descritivo não passam de mediocres, de igual modo não se poderá classificar a isenção, a clareza e a transparência da sua apresentação. Mesmo que se trate de uma denúncia de certa anomalia do funcionamento desta organização, ou da actuação de certos órgãos, não exitamos, e nunca exitaremos em apresentá-la com a mesma simplicidade e humildade com que apresentamos as grandes conquistas da Associação. Isto, está à vontade na autodenúncia e na autocrítica, não abunda nas organizações, mesmo revolucionárias. Bem pelo contrário, deparamos sistematicamente com movimentos de auto-promoção, de auto-elogio. Claro que conhecemos quais as razões, melhor, quais as necessidades. A fragmentação das organizações é um princípio indestrutível e um mal que as espreita, por mais coerentes e cimentadas que sejam. Sabemos que a ADFA não pode escapar a esse princípio e que está sujeita a esse mal, mas sabemos que até hoje ainda não foi atacada por esse vírus.

A ideia fundamental sobre a qual assenta a ADFA achou eco em todos os deficientes das F. A. oprimidos e enganados por um governo que não era seu nem do povo a que pertenciam (e isto porque ainda há deficientes das F. A. que por muito estranho que pareça, não se consideravam, nem se consideram ainda, oprimidos e enganados por aquele governo — mas esse governo era deles). Em

todos achou uma identificação total. Enquanto essa ideia não for substituída ou alterada não haverá força possível que seja capaz de fragmentar esta Associação e consequentemente aniquilá-la. Qualquer outra via de destruição terá forçosamente que partir do exterior, que não do interior, que aí a coesão a tal não permite. E do exterior há muitos pontos de partida, há muitos aliciamentos e falsos ideais, é preciso identificá-los e saber combatê-los.

Uma das maiores armas que possuem os deficientes das F. A. para preservarem a sua Associação e levarem-na à consecução dos seus objectivos é sem dúvida a transparência dum política associativa que tem predominado desde o início. Só essa transparência tem evitado que se formassem associações dentro da associação, que grupos nascessem dentro de grupos, que os deficientes se deixassem arrastar por um divisionismo e um sectarismo incontroláveis. Só graças a uma franca abertura e a uma nítida transparência se tem conseguido com que quase todos os deficientes que vão tendo conhecimento da Associação nela se filiem e nela venham a desenvolver actividades fundamentais para a sua evolução.

Só graças a uma orientação em direcção à consolidação de uma verdadeira organização de base, com rejeição total do cupulismo e dirigismo, conseguiram os sócios da ADFA (porque foram eles que o conseguiram) criar aquilo que saberão sempre desenvolver e preservar.

A redacção do «Elo» dirige esta curta análise a todos os sócios e exorta-os a intensificar o seu espírito de militância, sobretudo sempre que qualquer ameaça possa pender sobre a Associação.

A redacção

## PARA A HISTÓRIA DAS DELEGAÇÕES

Nos primeiros números do ELO foram inseridos vários documentos e relatos de acontecimentos sob a rubrica «Para a História da ADFA». Essas rubricas cessam no momento em que o último documento ou acontecimento a assinalar foi contemporâneo do n.º do jornal em que se ia inserir. Daí para diante tudo o que possa ser considerado com interesse para a «História da ADFA» tem merecido um tratamento de actualidade.

A secção de Delegações da sede, órgão que coordena a organização e evolução burocráticas das Delegações, teve a brilhante ideia de solicitar a todas as comissões instaladoras que lhe enviem um historial completo da formação dos braços regionais da Associação.

Sem mais rodeios, e até porque o que abaixo se transcreve é totalmente elucidativo, apresentamos o trabalho que a secção de Delegações enviou ao ELO para publicação:

*Vai-se dar início a uma série de artigos, sobre o início da formação de Delegações da ADFA cujo nascimento surgiu em Lisboa após o 25 de Abril de 1974, e a sua ramificação pelo País sob a forma de Delegações ou Subdelegações, cujas dificuldades foram sempre enormes e continuam a ser.*

*Se a ADFA quer continuar a ser uma Associação Revolucionária, as Delegações terão que ter o seu papel no contacto directo com os D. F. As. A sua Dinamização e a resolução no local, de todos os problemas de base com que se defrontam a maior parte dos D. F. As. Uma Delegação surge consoante o número de deficientes de um distrito e do interesse dos próprios deficientes, que formarão uma Comissão Instaladora na fase inicial de organização. E que depois de uma eleição a nível distrital se formará uma Comissão Directiva.*

*Em todas as DELEGAÇÕES da ADFA há um historial e todo um conjunto de problemas com que as Comissões Instaladoras ou Directivas já existentes, têm enfrentado e para que haja uma organização dos D. F. As. perfeita terá que se expor e criticar todo o trabalho de formação das Delegações e dar conhecimento dos entraves e de toda a colaboração que tem havido.*

*Para que se concretize o ideal em que a ADFA está empenhada, isto é, a reabilitação e reintegração dos deficientes numa Sociedade Socialista, é necessário dar conhecimento global a todos os D. F. As. e não só, dos problemas respeitantes à formação de base e ao trabalho a executar nas Delegações.*

No próximo número do ELO apresentaremos o historial da Delegação de Évora com todas as lutas da comissão instaladora, incluindo as vitórias e os desaires.

## REUNIÃO DE TRABALHADORES DO DIA 15-12-75

Por proposta da Direcção, a comissão de trabalhadores convocou esta reunião com a finalidade de discutir o pagamento ou não do subsídio de Natal neste mês de Dezembro, aos trabalhadores da ADFA. Em virtude da situação financeira da ADFA ser má, a Direcção propôs que o subsídio de Natal só fosse pago neste mês aos trabalhadores que não auferem outra remuneração além do vencimento da ADFA, àqueles que recebem pensão o subsídio de Natal seria pago quando a situação financeira se normalizasse.

Depois de debatida pelos trabalhadores esta proposta e atendendo a resoluções também tomadas noutros sectores da ADFA (Editorial Minerva e Tipografia-Escola) e em algumas Delegações foi aceite a proposta da Direcção.

## REUNIÃO DE TRABALHADORES DO DIA 18/12/75

Estavam presentes 38 trabalhadores, esta reunião realizou-se na sequência da reunião do dia 15/12, tal como esta, também foi convocada pela comissão de trabalhadores. Tinha a seguinte ordem de trabalhos:

1.º ponto — Discussão dum proposta apresentada pelo trabalhador Mendes e a sua rejeição pela C. T.

2.º ponto — Demissão da Comissão de Trabalhadores.

3.º ponto — Eleição de nova C.T. A reunião começou com a leitura da proposta do Mendes, que propunha que só se devia pagar

o subsídio de Natal quando a situação financeira da ADFA se normalizasse, nessa altura, então pagar-se-ia a todos os trabalhadores.

Foi explicado que a C. T. rejeitou a proposta porque esta devia ter sido apresentada durante a reunião do dia 15 e nunca depois desta ter acabado e de ter sido aprovada pelos trabalhadores a proposta da Direcção.

No seguimento da ordem de trabalhos o Marcelino expôs as razões que levaram a C. T. a demitir-se. Foi por ele exposto que esta comissão tinha falhado porque alguns dos seus elementos se desinteressaram das reuniões da mesma e que só com uma ou duas pessoas a C. T. não podia funcionar.

Entrou-se na discussão da atitude tomada pela C. T. e foi dito que a C. T. devia ter acesso às reuniões da Direcção, isto é, que nas reuniões da Direcção devia estar sempre presente um elemento da C. T.

Foi informado por um elemento da C. T. que já tinham apresentado à Direcção uma proposta nesse sentido e que a mesma tinha recusado.

O Marcelino disse ainda que essa tinha sido a primeira falta da C. T., pois que deviam ter feito finca pé nesse ponto.

A seguir o Marcelino propôs que em virtude de só terem sido apresentadas duas listas concorrentes à eleição, se dessem mais cinco minutos com vista à apresentação de mais listas.

No total foram apresentadas para concorrerem às eleições, quatro listas.

Feita a votação ganhou a lista A, lista esta apresentada pelo departamento de Educação e Cultura e que é composta por: Marcelino, João Pedro, Reis, Nuno e Barros.

#### SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA PRÓPRIA

A pensão atribuída aos deficientes das F. A. e que deve ser considerada como visando a satisfação das necessidades próprias resultantes da deficiência adquirida, vai dando para resolver certas situações, mas de modo nenhum todas. É o caso da aquisição de viatura própria para aqueles deficientes para quem se torna um objecto imprescindível na sua vida quotidiana, a não ser que acabe por confinar a sua existência ao espaço contido entre quatro paredes, situação a que, aliás, muitos e muitos camaradas nossos se vêm obrigados. Atendendo ao elevado preço de uma viatura automóvel e aos gastos de manutenção, o paraplégico que tem uma pensão de 3000\$00 e que não trabalha, além de outros motivos, porque não se pode deslocar de casa para o emprego que poderia arranjar, resumindo-se assim o seu orçamento mensal ao quantitativo da pensão, não pode sequer sonhar em adquirir um meio de deslocação próprio, que é uma viatura.

Vários associados, em situações destas, têm-se dirigido à Associação, pretendendo, através desta, um meio de solução. É sabido que a Associação não dispõe de fundos para valer a situações destas e nós sabemos a quem compete resolver estes problemas — ao Governo — mas também sabemos e temos conhecimento dos ventos que de lá sopram quando se fala numa verdadeira justiça social, sobretudo para os que mais necessitam. Foi neste contexto que a Associação entrou em contacto com a Fundação Calouste Gulbenkian, no sentido de esta organização colaborar conosco neste capítulo. A Gulben-

kian foi receptiva ao solicitado e foi já estabelecida uma forma de colaboração, estando neste momento a Associação apta a poder estudar casos que lhe sejam submetidos pelos associados e conseguir-lhes um certo apoio financeiro, ainda que seja reduzido e apenas para casos devidamente enquadrados dentro do princípio da necessidade absoluta de viatura própria como condição imprescindível para a sua reintegração socio-profissional.

Há países onde os deficientes nestas condições têm direito a viatura própria, tal qual como têm direito a uma prótese para a perna amputada. Neste país... neste país todos nós sabemos como é.

#### ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Em 7 de Janeiro, 3.ª feira, realizou-se mais uma das habituais reuniões de trabalho de 3.ª feira. A ordem de trabalhos constava dos seguintes pontos: Informações da Direcção; Decreto-Lei e Orçamento; Análise da proposta enviada do Porto.

O último ponto preencheu quase totalmente a reunião, que veio a terminar já depois da 1 hora do dia 7. Na sequência do já decidido numa reunião de trabalhadores da sede, no dia 6, de manhã, precisamente para analisar a posição da Comissão Directiva do Porto, ficou determinada a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária

para o dia 17 de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Análise da situação dos Órgãos Administrativos;
- 2 — Análise da situação da Delegação do Porto;
- 3 — Análise da alteração dos estatutos;
- 4 — Ratificação da Comissão Eleitoral.

#### 13.º MÊS

Em virtude de ainda não se ter conhecimento da verba exacta constante do orçamento da ADFA para 1976, a ser incluído no Orçamento Geral do Estado e de não se saber quando começa a Associação a receber parte do orçamento, a Direcção, depois de prévia discussão deste assunto pelos trabalhadores, por proposta da comissão de trabalhadores, decidiu pagar o 13.º mês apenas aos trabalhadores que não recebessem qualquer pensão, pelo facto de não serem considerados oficialmente Deficientes das Forças Armadas. Os trabalhadores que recebem pensão receberão o quantitativo respeitante ao 13.º mês quando a Associação dispuser da verba constante do orçamento.

#### A ADFA MAIS DE QUATRO MIL SÓCIOS

O número de sócios inscritos na Associação ultrapassa já os quatro mil, segundo informação fornecida à redacção do «ELO» pela Secretaria.

## Posto Clínico da ADFA

No «ELO» n.º 23, na página do noticiário, dávamos conta da montagem dum posto clínico na nossa Delegação do Porto, para dar assistência médica e medicamentosa aos D. F. A. que não têm qualquer tipo de pensão do Estado e a todos os nossos associados.

Aquela assistência é garantida por 56 médicos de 17 especialidades médicas diferentes.

A semelhança do Porto, prosseguem na Sede os trabalhos conducentes à criação dum Posto Clínico, que articulado com o H. M. P. venha a beneficiar muitos D. F. A. e seus familiares que vivem numa situação degradante de miséria e falta de assistência.

O Dr. Veríssimo, médico na nossa Delegação do Porto, esteve na Sede cerca de oito dias, a fim de dar andamento às estruturas para a criação do Posto Clínico.

Pelo lado da D. S. S. foi-nos garantido que se iria diligenciar no sentido de ser colocado oficialmente, aqui na Sede, um médico militar, além de dois médicos da Força Aérea, já indicados e autorizados por aquele Comando, para o mesmo fim, isto é, dar consultas aqui na Sede aos nossos associados que delas necessitem.

Esperamos que dentro de cerca de três a quatro semanas possamos abrir o Posto Clínico, o qual será mais um passo em frente no esforço que a ADFA tem feito para conseguir amenizar as muitas injustiças que ainda continuam a minar as classes mais desfavorecidas deste País.

Neste momento já há consultas todas as terças-feiras na sede da ADFA e serviço de urgências. Os interessados (DFA) podem dirigir-se ao Posto Clínico (Sede).



Nesta foto, vemos as janelas superiores, que são as do Posto Clínico da ADFA

## Democratização da Liga dos Combatentes

(Continuação da pág. 8)

não podemos de modo algum concluir que a Liga dos Combatentes passará a ser uma organização progressista, ao serviço do povo e da revolução, bem pelo contrário, o seu carácter tradicionalista e saudosista mantém-se e se segundo os seus novos estatutos passa a ser mais independente do governo, fica contudo ainda ligado a este por laços de tal modo fortes que fácil será a um governo de direita e saudoso dos tempos passados transformá-la naquilo que ela foi para o regime de Salazar e Marcello.

Passamos a transcrever parte do preâmbulo da portaria que publica os novos estatutos da Liga, estatutos que gostaríamos de saber se foram elaborados em gabinete fechado ou pelos sócios da Liga e por eles aprovados.

«A Liga dos Combatentes da Grande Guerra, fundada em 1921 e oficializada em 29 de Janeiro de 1924 pela Portaria n.º 3888, mantém-se na dependência do Ministro da Defesa Nacional, conforme o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 400/74, de 29 de Agosto, e rege-se actualmente por um estatuto aprovado pela Portaria n.º 18 053, de 11 de Novembro de 1960. A feição deste estatuto é insuficientemente democrática nalguns aspectos relativos à designação de membros de órgãos directivos, o que se torna mais nítido conjugando-se as suas disposições com as do respectivo regulamento, ora sujeito à apreciação e homologação do Ministro da Defesa Nacional. Assim, as comissões administrativas dos núcleos regionais são nomeadas pela comissão central administrativa e depois submetidas à homologação da assembleia geral, que é constituída, na sua maioria, pelos próprios membros daquelas comissões administrativas.

Por outro lado, parte dos membros da comissão central administrativa são, pelo Estatuto, obrigatoriamente nomeados pelo Ministro da Defesa Nacional, com o que a constituição do órgão executivo central da Liga está na dependência permanente do Governo, neste aspecto, quando se entende que isso só deve suceder em circunstâncias excepcionais prevista na lei.

A Liga já tomou disposições quanto aos provimentos dos cargos dirigentes por sistemas electivos, mas impõe-se consagrá-las no Estatuto, assim como se entende que a respectiva regulamentação deve caber apenas à decisão da assembleia geral sem intervenção obrigatória de uma homologação ministerial».

**LEIA,  
ASSINE E  
DIVULGUE O ELO**

## FESTA DE NATAL DA ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

vossos pais só poderemos reafirmar, embora não venha a propósito com a quadra de reconciliação, que é o Natal, que não poderemos perdoar àqueles que criminosamente foram os seus verdadeiros carrascos, embora os governantes pareçam não ser da mesma opinião.

Embora tendo conhecimento que a festa de Natal, este ano, seria bastante modesta, os sócios da ADFA

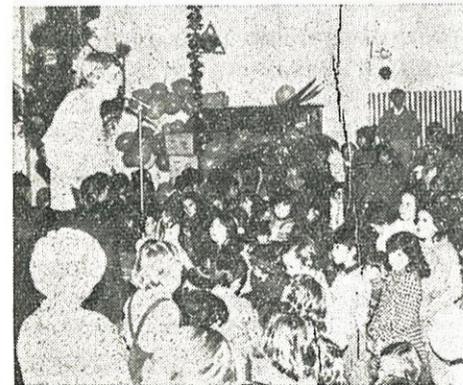


marcaram a sua presença em grande número. Tal como no ano passado, a festa teve lugar no Lar Militar, onde existe um pavilhão próprio para a realização de espectáculos, o que não acontece no Palácio da Independência. A sala embora seja bastante grande estava quase cheia, comportando uma massa quase compacta de crianças junto do palco, apinhando-se à volta dos artistas e dos balões.

Os artistas que tiveram o gesto de actuarem gratuitamente e que nós mais uma vez agradecemos, foram José Viana, José Jorge Letria, José Barata Moura, o conjunto Intróito, além de um conjunto de amadores formado por residentes e enfermeiros do próprio Lar Militar. Foram também contactados palhaços, houve o compromisso de um grupo também de amadores, mas não apareceram. Lamentamos o facto de os palhaços não terem comparecido, até porque sabemos que é exactamente o que mais as crianças apreciam.

A festa iniciou-se com a projecção de um filme de Walt Disney, ao qual se seguiu a actuação do Conjunto Intróito seguido dos artistas já referidos.

É de referir que todos os artistas tinham o tempo bastante limitado tendo que andar a correr de um



lado para o outro, pois na mesma tarde asseguram a sua actuação em várias festas de Natal, em todas actuando de relâmpago muitas vezes.

A modestia da festa incidia sobretudo, pelo menos em relação ao último ano, nas lembranças que as crianças receberam. Devido à situação financeira da Associação foi decidido pela Direcção que a verba a dispender deveria ser muito reduzida, pelo que logo à partida está-

## CULTURA PARA O POVO

(Continuação da 1.ª pág.)

o ambiente feito pela classe explorada deste País, se pudessem encontrar assuntos, palavras, enfim uma linguagem que posta em livros pudesse ser compreendida pelo povo.

Não quero pôr em dúvida o êxito a alcançar por essas tomadas de posição. Porém, a transformação dos escritores que na sua linha de pensamento defenderam sempre uma elite, uma classe que não pode identificar-se com os desfavorecidos deste País. (O povo não gosta de palavras bonitas, de literaturismo. Quer sim, palavras que compreenda. (E quem melhor do que ele pode escrever essas palavras?).

Para mim, e tendo em conta a urgência que existe em encontrar uma literatura adequada para um povo que tem de compreender uma revolução, um socialismo, enfim um mundo em que ele apenas houve falar e não conhece. Não há que esperar por essa mesma transformação, mas sim apelar para aqueles escritores desconhecidos que se identificam totalmente com a classe desfavorecida deste País, para que tirem das gavetas, os seus artigos, os seus poemas, os seus livros, etc., e que os mandem para uma editora devidamente organizada, para poder analisá-los e publicá-los em livros que possam ser adquiridos por essa classe que tanta necessidade têm duma literatura acessível aos seus conhecimentos e à sua capacidade.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas foi e será sempre regida com o pensamento do povo. Ela foi formada para a defesa intransigente dos explorados deste País. Por isso, tudo que possa relacionar-se com estes, estará sempre na primeira linha de pensamento e de luta da ADFA.

A Editorial adquirida recentemente pela ADFA, não pode continuar a ser regida da mesma maneira que o era antes de nos ser doada. O desejo da ADFA é inseri-la na sua linha de pensamento, isto é, pô-la ao serviço do povo. Para tal, é preciso, entre outras medidas a tomar, que os escritores e poetas não ponham a concurso o prémio de autor, nem peçam grandes quantias pela publicação das suas obras. Logo que isto seja possível estou certo, não tenho mesmo dúvidas, que a Minerva será uma Editora ao serviço do povo.

Na Associação dos Deficientes das Forças Armadas está já iniciada uma campanha de cultura para o povo. Se tens contos, poemas, ou qualquer literatura relacionada com a revolução iniciada em vinte e cinco de Abril, manda-os para a ADFA. Ali, uma comissão a formar para o efeito analisará as tuas obras, e, de acordo com o seu valor e a sua vontade, publicá-las-á em duas antologias, de prosa e poesia, que serão os dois primeiros livros da Minerva feitos principalmente para o povo.

Camaradas, vamos escrever para o povo? Então envia ou entrega os teus trabalhos na nossa Associação e terás possibilidades de os ver publicados num livro posto ao serviço do povo.

Sá Flores

vamos impedidos de proporcionar a cada criança um brinquedo que, ao contrário dos bombons, ficasse ao longo do ano a marcar a recordação de uma Associação que existe e que luta pelos direitos do seu pai ou da sua mãe viúva, mesmo que disso ainda não se aperceba.

## Carta aberta aos Fazedores da Guerra

Sabem porventura onde fica situado o cinema que dá pelo nome de «QUARTETO»? (claro que sabem, pois vocês têm prédios a render nessa zona). Fica situado entre a Av. Estados Unidos da América e a Av. de Roma (talvez vocês neste momento já estejam a pensar porque lhes fiz a pergunta e lhes dou agora a resposta) a razão disto tudo é que começo a ter medo que vocês agora sem guerras, e portanto com um tacho a menos, comecem a planear novas tácticas para levarem mais jovens portugueses a uma guerra que os irá atirar para o nosso seio (o dos Deficientes) e por esta razão eu aconselho-vos a irem ver um filme cujo nome é «E DERAM-LHE UMA ESPINGARDA» que é projectado na sala 2 do dito cinema, que nos mostra todo o drama vivido por um jovem que é atingido por uma bomba, ficando sem pernas, sem braços, sem olhos, sem face, sem boca e surdo (IMPOSSÍVEL? Então e aqueles nossos camaradas que vocês fizeram desaparecer do Hospital Militar depois do 25 de Abril de 1974 e que eram conhecidos por «HOMENS CESTOS»?), pois o drama desse jovem é de tal modo doloroso que o espectador fica em «suspense» ouvindo a voz do pensamento desse rapaz que só pensa e nada mais.

Quando ele consegue entrar em contacto com a enfermeira e com os médicos, batendo com a cabeça na almofada, emitindo sinais morse, eles perguntam-lhe o que é que ele quer, pergunta que o deixa um tanto desorientado, pois que poderá querer um homem naquelas condições? Mas de repente, sim ele serve para alguma coisa, e pede-lhes, pede-lhes que o coloquem numa redoma de vidro e que o exponham em todas as feiras, não como fenómeno, mas como um produto da cobiça e ambição dos homens.

Claro que o General (sim, esses soldados de estrelinhas) não consente e ele apercebendo-se que terá de continuar a viver para servir de cobaia para estudos da medicina pede que o matem.

## Decreto-Lei dos Deficientes das F. A.

(Continuação da 1.ª pág.)

da legislação em vigor, já eram considerados deficientes das F. A., perdem os direitos de que gozavam? Uma pergunta, como algumas outras, que surgem neste processo confuso, para a qual a Associação neste momento não tem resposta.

A Direcção da Associação, em diligências feitas no sentido de ser recebida pelo Conselho de Revolução junto do Secretariado desse órgão, foi informada que esse órgão máximo do poder político-militar não poderá debruçar-se de momento sobre este assunto porque está totalmente empenhado na análise da situação política e económica do País. Soube-se, entretanto, que o Decreto aprovado pelo Conselho de Ministros, se encontra no auditor jurídico do Presidente da República a fim de ser promulgado.

Assim corre um decreto, com o qual a Associação não concorda e que vai deixar numa situação cada vez mais desesperada aqueles milhares de deficientes, sem pensão e sem assistência, com deficiências várias, sem trabalho ou quaisquer rendimentos, a fazer face a um custo de vida cada vez mais alto.

Perguntam-lhe o nome e ele responde simplesmente «matem-me», e daí por diante só será essa a sua resposta.

O General pede ao padre capelão que diga algo que o demova dessa ideia, ao que este recusa alegando ser esse homem um produto do trabalho dos Generais (já é vontade de emburrar com vocês) e não do seu trabalho.

Uma enfermeira, que já há muito olhava para esse homem como um ser humano e não como um objecto, tenta cumprir a sua vontade, matando-o, o que não consegue concretizar pois o General entra na sala nesse momento e impede-a de acabar com o sofrimento desse homem que só deseja a morte, e que apercebendo-se do seu destino roga para que a morte o livre daquela prisão a que um General o condenou até aos seus últimos dias.

Este filme pode ser considerado o melhor processo de demonstrar a todo um povo o que uma guerra faz aos seus filhos e também qual o máximo de sofrimento a que um homem pode estar sujeito, razão porque aconselhamos todo o Povo Português a não perder a oportunidade de ver esta obra, e principalmente a vocês senhores Generais (que também devem ter um coração) para se aperceberem do que fizeram a milhares de jovens portugueses, e olharem para eles com um pouco mais de justiça.

NUNO DE ALMEIDA  
Sócio N.º 18

## EM 1975 ACONTECEU

Os principais acontecimentos em 1975 segundo a agência noticiosa espanhola EFE foram entre outros, a evolução política em Portugal e a independência de Angola.

Para seleccionar estes acontecimentos como os mais importantes, a EFE realizou um inquérito entre os seus correspondentes em várias capitais.

Segundo esta agência noticiosa, a lista dos referidos acontecimentos é a seguinte:

- 1—Morte de Franco e proclamação de Juan Carlos I, rei de Espanha.
- 2—Derrota dos Estados Unidos na guerra de agressão contra os povos do Vietname, Laos e Cambodja.
- 3—Cimeira Europeia em Helsínquia e Conferência Norte-Sul em Paris.
- 4—Acordo do Sinai, entre o Egipto e Israel.
- 5—Crises políticas em Portugal.
- 6—Independência e guerra civil em Angola.
- 7—Guerra civil no Líbano.
- 8—Assassinio do rei Faiçal, da Arábia Saudita.
- 9—Acoplagem das naves espaciais «Soyuz-Apolo», colaboração entre os Estados Unidos e a União Soviética.
- 10—«Marcha Verde» no Sara. (Invasão pacífica da colónia espanhola no Sara, por muitos milhares de habitantes daquela região do deserto).

## FÁBRICA DE CONFECÇÕES MACONDE

Numa tentativa, a todos os títulos louvável, de suprimir os intermediários entre a fábrica e o público, a fábrica de confecções Maconde, lançou a iniciativa a nível nacional, de abrir lojas de venda directa ao público, reservadas a trabalhadores, portadores de um cartão de identificação passado pela fábrica, sem o qual é impossível o ingresso nessas lojas para fazer compras. Esse cartão só pode ser usado pelo titular ou seus familiares.

Tendo a ADFA sabido dessa iniciativa, entrou em contacto com a fábrica e também a todos os trabalhadores da ADFA sede, Editorial Minerva, (oficinas e loja), foi concedido o cartão de ingresso nessas lojas de venda directa ao público.

# ESCREVA CONNOSCO

O ELO da Associação dos Deficientes das Forças Armadas não é feito por profissionais. Somos nós, Deficientes, que sentimos os malefícios de uma guerra injusta, que sentimos o peso da marginalização, que estamos decididamente com a revolução socialista, somos nós, apenas com estas referências profissionais, que fazemos o nosso jornal.

Nós necessitamos que escreva connosco.

Escrever connosco é participar na feitura do ELO; escrever connosco é enviar à Redacção do ELO todas as sugestões para o seu melhoramento e para melhor cumprir a sua missão; escrever connosco é enviar artigos e trabalhos que, transcritos no ELO, enriqueçam as suas páginas e valorizem quem as lê.

Com o pedido de divulgação, muito especialmente para os trabalhadores, recebemos de um sócio da Associação o trabalho que a seguir se publica e que ele próprio intitulou de MANIFESTO.

## I — Deficientes das Forças Armadas

Não são doutores, nem intelectuais, nem sequer pequenos burgueses, quantos se incapacitaram nas Forças Armadas, de uma ou outra forma. São pobres, incultos, analfabetos, desesperados, doentes e desempregados... Mas, eram operários, camponeses, trabalhadores e estudantes, que foram OBRIGADOS a ir à guerra, sempre desprezados por intelectualóides caducos e sabujos, palradores de heroísmos de várias faces, como o feijão-frade, caluniadores dos guerrilheiros das universidades lançados para a morte nos quartéis por nascerem bastardos vermelhos... Os próprios «voluntários» eram obrigados a tal recurso a fim de tentar o «adiamento» impossível do ingresso compulsivo nas fábricas da morte, a morte diária e dolorosa, porquanto só nos filmes regaladamente vistos por esses gordos da Mocidade Portuguesa, na televisão, se falece instantaneamente à «cow-boy»! Nas Forças Armadas, os feridos morrem devagar, uma morte terrível que pode levar anos a desfazer um jovem.

Porque são assim, erram, redigem mal, falam pior, dificilmente se atrevem a projectar legislação, podem ser manipulados e servem de gaudío aos «sábios» saneados e ora reclassificados!

## II — Proletariado e Deficientes das Forças Armadas

É difícil reunir, planear, decidir, entre pobres, acamados, dispersos e miseráveis que nada sabem das leis burguesas de snobíssimas assembleias... Os Deficientes das Forças Armadas têm essa fraqueza, essa fragilidade de quem «não tem os livros» arrastando-se com chagas e próteses.

Mas há duas forças enormes com que podem contar: uma, a certeza na vitória, consubstanciada nas leis do desenvolvimento histórico, na derrota fatal do capitalismo, que lhes dá um renovado ânimo. Outra, a força da Classe Operária.

A razão dos Deficientes das Forças Armadas têm o apoio da Vanguarda da Classe Operária, a Classe Operária é o motor de todo um processo que abarca camponeses, trabalhadores, militares progressistas, todos os explorados e oprimidos. Ora os Operários não se lançam, arrastando os seus camaradas, senão em lutas justas. Não há causas perdidas para a Classe Operária!! Nada poderá opor-se à força dos Trabalhadores, civis e militares!

## III — Quem rouba a Classe Operária

Há empregos para os Deficientes das Forças Armadas e dinheiro para ressarcir as suas MISÉRIA e DOENÇA — mas tudo se lhes nega! Porém, esses lugares não lesam ninguém, essas verbas não sairão dos bolsos dos Trabalhadores!

Quem admite o argumento da falta de postos de trabalho quando pides, bufos, legionários e demais lacaios fascistas, continuam no poleiro ou são readmitidos, quando não promovidos? Quem crê na falta de verbas quando assiste ao esportular diário para os «Amigos dos Flechas», os «heróis» e descendentes dos «bules» e «crazeiros»?

Atenção! Uma política de emprego afigura-se exequível se revolucionariamente prosseguida! Quem rouba o Povo? Quem fala de austeridade?

Vêde. Operários, há Coronéis na Reserva que não estão em casa de pantufas! Sabes, Camarada, quanto do teu labor vai para os Generais do Marcelo? Imaginas, Amigo Camponês, o preço da «brigada do reumático»?

Só os parasitas e marginais custam caro; se o proletariado acarinha, apoia e defende os Deficientes das Forças Armadas, é flagrante que não são uma ou outra coisa.

Lutemos pelo Trabalho, pela Produção para o Povo.

## IV — O Inimigo

Proclama-se que o Deficiente das Forças Armadas é necessariamente vítima de acção directa do inimigo. É verdade! Somos TODOS vítimas do inimigo, só que o inimigo é o Capital, é o Imperialismo, é a bufaria que ainda estrebucha, é o Coronel que gizou (do arame farpado ou no ar condicionado) a ofensiva suicida e hoje nos ignora, é o sabujo que apoiou a criminosa guerra e deixou de escrever na «Época» para rabiscar «progressismo» em qualquer folha mais ou menos paroquial.

Não temos dúvidas quanto a quem é o inimigo e dos resultados constantes da sua acção directa, sabemos muito mais e melhor que qualquer um nem sempre as armas serem balas, granadas ou minas... A exploração do colonialismo feriu de muitas maneiras... É isso, as tais malhas do Império que ainda se tecem!

## V — Burguesia Agonizante

Somos explorados e oprimidos, somos néscios e incultos, mas conscientes de toda a amplitude da luta que vivemos, luta de classes, de vida ou de morte, entre exploradores e explorados, entre classes dirigentes e classe oprimida, não temos dúvida do fatalismo

da derrota da classe que oprime: a burguesia.

Vivemos fisicamente, com todas as veras dos nossos corpos destruídos, com o sentido apurado dos cegos, com a raiva dos loucos de guerra, este processo, agora sim, verdadeiramente revolucionário porque, bem defendidos os campos, ameaçado pelo Capital sanguinário. Sentimos, numa assistência activa, o desabar dos carrascos, o virar das casacas, a desorientação dos oportunistas, o canceroso esboroar da burguesia, ante a torrente invencível do Poder Popular.

A. SANTA RITA



## Quando será?

*Menino dos olhos ávidos,  
do sorriso triste  
duns lábios roxos de frio  
e das palavras caladas  
ditas com o ténue bulir das pupilas  
— não olhes, não olhes!*

*Menino do meu Natal,  
sonhando com brinquedos lindos,  
em montras  
onde não podes entrar,  
— não olhes, não olhes!*

*Menino pobre,  
— não olhes, não olhes;  
mas pede a Jesus  
que a Revolução Portuguesa  
não pare  
para que as crianças de amanhã  
tenha...  
enfim, o Natal dos seus sonhos!...*

Viseu, 17 de Dezembro de 1975

JOSÉ CALEMA

## SITUAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Em virtude de se considerar ilegalmente eleita, a Comissão Eleitoral decidiu suspender os seus trabalhos até a sua nomeação ser ratificada numa reunião de trabalhos de 3.ª feira e posteriormente na A. G. Extraordinária que se realiza no próximo dia 17 de Janeiro de 1976, pelas 15 horas.

A Comissão Eleitoral considera-se ilegalmente eleita, porque durante a eleição houve intervenções activas e preponderantes do Dr. Veríssimo, trabalhador da Delegação do Porto, que não é sócio da ADFA nem deficiente das Forças Armadas.

Face a isto e à luz dos actuais estatutos, a C. E. considera-se ilegalmente eleita e só retomará os seus trabalhos depois da sua nomeação ser ratificada conforme atrás se indica.

## ASSINANTES DO «ELO»

O número de assinantes do nosso jornal «ELO» tem vindo progressivamente a aumentar, ultrapassando já o número de mil e oitocentos.

## Parece impossível!...

Dizer que os deficientes das F. A. e todos os deficientes em geral eram vergonhosamente marginalizados antes do 25 de Abril de 1974, não causa espanto a ninguém. Dizer que após o 25 de Abril a marginalização continuou a verificar-se de quase igual modo, continua a não causar espanto a ninguém. Dizer, por exemplo, que em plena designada revolução dos cravos, muitos deficientes eram rejeitados nos seus concursos a empregos porque possuíam uma pensão, não causa estranheza a ninguém. Dizer, por exemplo, muitas outras coisas semelhantes, continua a não causar estranheza a ninguém. Mas... Mas esta: dizer que os deficientes das F. A. que viviam em Angola e regressaram a Portugal não beneficiam dos direitos e apoios determinados pelo Governo através do I. A. R. N.... Dizer isto é verdade, aceitá-lo é duro...

Parece impossível, mas é verdade. A marginalização tem de facto um alcance deste calibre.

E se nós nos recordarmos que a legislação respeitante ao apoio aos retornados não remonta ao tempo do fascismo, mas sim, há poucos meses, ao tempo do Conselho de Revolução?

Será que um deficiente das F. A., retornado de facto, só porque é deficiente, não pode ser considerado retornado?

Vamos terminar aqui os comentários. Num dos próximos números do «ELO» desenvolveremos mais este assunto. Juntamos apenas aqui a informação de que a ADFA, através do Departamento de Reabilitação está a tratar desta questão com as entidades oficiais, mas sem qualquer êxito, por enquanto.

## PRECISA-SE

**Técnico de electrónica, para trabalhar na reparação de circuitos de próteses mio-eléctricas na oficina de próteses da nossa delegação do Porto.**

**Para este lugar, pretende-se prioritariamente um deficiente. É condição de preferência que o candidato saiba falar inglês ou alemão com vista a um estágio de especialização na Áustria.**

**As respostas dos interessados, devem ser enviadas para a delegação da ADFA no Porto, Rua Pedro Hispano, 1105 — PORTO.**

# ACTUALIDADES

## NACIONAL

Os cravos vermelhos que começam a despontar e que irão comemorar em 25 de Abril deste ano, o 2.º aniversário da revolução dos capitães, assistem já ao derramar de sangue de portugueses. De portugueses que se arriscam e perdem a vida gritando, para já apenas gritando, por uma revolução que não queremos ver perdida, por uma possibilidade de criar um país novo que não parece ver afastada, se dos canos das espingardas dos soldados de Abril brotaram cravos numa mensagem de paz e numa promessa de construção de uma sociedade mais justa, os cravos das espingardas dos guardas republicanos vomitam agora fogo, balas verdadeiras que ferem e matam, indistintamente, revolucionários acérrimos ou simples crianças inocentes. Tal como outrora, nos tempos de terror e de repressão, as armas da G. N. R. reprimem e matam. O novo regime, post 25 de Novembro, que vai endurecendo a passos largos, não precisa de criar as suas forças de repressão, tem à sua disposição muitas das forças que o regime fascista utilizava para amordaçar o povo. A G. N. R. continua a estar apta a cumprir a sua tradicional missão repressiva, tal como a Polícia de Segurança Pública. Apenas a Pide/DGS não se encontra capaz de executar as missões que a sua sinistra natureza lhe impunha, porque a maior parte dos seus membros se encontram ainda presos, desde o 25 de Abril de 1974, embora com muito pesar de muitas pessoas (e algumas delas altamente responsáveis nos actuais órgãos do poder).

Será que em breve toda a máquina repressiva que era utilizada por Marcelo Caetano vai funcionar novamente ao serviço das classes privilegiadas desta terra e contra as classes desfavorecidas, sempre, tal como então, em defesa da ordem e em nome da democracia,

### SUBSTITUIÇÕES NAS CELAS DAS PRISÕES

Nas últimas semanas têm ainda sido presos militares acusados de estarem implicados nos acontecimentos de 25 de Novembro, entre eles alguns que haviam sido membros de governos provisórios.

Entretanto, o dr. Silva Cunha, Ministro da Defesa Nacional, à data de 25 de Abril de 1974 e antigo Ministro do Ultramar, que havia sido preso no próprio 25 de Abril, foi posto em liberdade.

Também ao general Kaulza de Arriaga, um dos generais ultradireitistas de antes do 25 de Abril, foi concedida a liberdade, apenas com a condição de abandonar o País. Ao que parece o general teria recusado. Patriotismo, amor à terra natal ou esperança em quê?

### MAIS UM DOS RESPONSÁVEIS DO REGIME FASCISTA NO BRASIL

O ex-almirante Henrique Tenreiro, patrão do bacalhau, senhor do monopólio das pescas e deputado à Assembleia Nacional de Marcelo Caetano, preso quando do 25 de Abril de 1974, conseguiu fugir, aproveitando uma ida ao médico. Henrique Tenreiro, que era considerado como um dos principais responsáveis pelo estado corrupto do sistema comercial, sobretudo no campo das pescas, era, além disso, incriminado pelo facto de ser um dos principais responsáveis pela Legião Portuguesa, organização de apoio e suporte do regime fascista. O ex-almirante encontra-se agora, com 75 anos de idade, regaladamente junto dos seus compinchas Américo, Marcelo e outros, gozando os rendimentos que deveria ter reservado em bancos estrangeiros e que não serão assim tão baixos.

### PARTIDOS CHEGAM A ACORDO QUANTO A COMPOSIÇÃO DO GOVERNO

Os três partidos políticos que fazem parte do VI Governo Provisório haviam chegado a desentendimento quanto à sua composição e à distribuição das várias pastas entre eles. Esse desentendimento passou por várias reuniões entre representantes dos três partidos, o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, tendo chegado a um entendimento numa reunião realizada no dia 5 de Janeiro.

### VITIMAS EM CUSTÓIAS

Dos incidentes verificados junto da Cadeia de Custóias, mesmo no princípio do ano de 1976, perderam já a vida quatro pessoas, encontrando-se algumas outras ainda em estado grave. Entre as pessoas feridas e que se encontram em estado grave está uma criança de 3 anos, filha do tenente-coronel Arão Metelo, que foi Vice-Primeiro-Ministro do V Governo Provisório e que também está preso, acusado de implicação nos acontecimentos de 25 de Novembro. Esta criança, de 3 anos, encontrava-se acompanhada da avó, junto da prisão de Custóias, quando os incidentes tiveram lugar, tendo sido atingida por uma rajada de G-3 disparada pela G. N. R.

Enquanto milhares de manifestantes exigiam, cá fora, a libertação dos militares presos, lá dentro, na prisão, os militares viam as portas das suas celas abertas, ao mesmo tempo que eram incitados pelos presos civis a evadirem-

-se. Os militares recusaram aproveitar a oportunidade de evasão, tendo deste modo evitado uma tragédia de volume incalculável (a G. N. R., que nesse momento havia já decidido abrir fogo sobre os manifestantes, teria certamente feito muitas vítimas entre a multidão e evadidos ao aperceber-se do sucedido).

Também em Caxias, na noite da passagem de ano, se verificaram incidentes entre manifestantes exigindo a libertação dos militares presos e uma força de comandos destacada para o local. Destes incidentes não resultaram mortos.

### SITUAÇÃO EM TIMOR

Em comunicado de uma recente reunião da Comissão Nacional de Descolonização, refere-se que «a comissão notou com apreensão as notícias sobre o incremento da acção armada da Indonésia no território, em flagrante desrespeito da resolução n.º 384, do Conselho de Segurança».

A FRETILIN acusou pára-que-distas indonésios de matarem, quando da invasão de Timor Leste, membros do governo daquele território. A FRETILIN acusa ainda forças apoiadas por indonésios de

## INTERNACIONAL

Angola continua a constituir o centro de atenções de todo o Mundo. A política internacional concentra-se em Angola, podendo-se dizer que a partilha do Mundo passa hoje por esse país, há pouco liberto do colonialismo e hoje banhado em sangue devido à guerra civil. A questão da África branca situa-se hoje em Angola, terra que pertencia ao domínio branco e hoje, tal como a Guiné e Moçambique, constitui para os brancos, colonizadores oriundos da Europa, uma ameaça e uma séria oportunidade para o sonho dos africanos entrar numa efectiva concretização em todo o continente. A África do Sul, terra onde os brancos vivem à parte dos pretos, joga uma cartada desesperada em Angola, ao mesmo tempo que faz um apelo não menos desesperado aos países do Ocidente para que a ajudem a impedir o avanço comunista no continente negro. Entretanto, os Estados Unidos, campeões do anticomunismo e flecha da sua oposição em todas as regiões do globo, estão presentes em Angola, mas não em força, pelo menos uma força proporcional à da União Soviética, como desejava o Executivo americano que de tal se vê impedido pelo Senado.

### CIMEIRA DA O. U. A.

A conferência da Organização de Unidade Africana, que se reúne em Addis Abeba do dia 8 a 12 de Janeiro, irá discutir sobretudo o problema de Angola. Muitos dos Estados membros da organização já reconheceram o governo do MPLA como legítimo representante do povo angolano. Pelo contrário, o governo da FNLA-UNITA ainda não foi reconhecido por qualquer dos Estados membros. Tudo indica que os trabalhos da cimeira terminarão com uma conclusão favorável ao MPLA.

### O NORTE DA EUROPA

O norte da Europa foi, há alguns dias, flagelado por temporais que provocaram dezenas de mortos e centenas de feridos e ainda elevados prejuízos materiais.

utilizarem bombas incendiárias para largar fogo a residências e sementeiras, destruindo abastecimentos de víveres e colheitas vitais.

Entretanto, o antigo primeiro-ministro da FRETILIN, no Timor Leste, pediu a expulsão da Indonésia da Comissão de Descolonização das Nações Unidas. Acusou a Indonésia de aumentar os seus efectivos militares no Timor Leste e de empregar a guerra química.

### AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Vários produtos e serviços têm sofrido enormes aumentos, uns fixados pelo governo, outros subindo por si, descontroladamente, sujeitos à lei da oferta e da procura. Entre os últimos produtos situa-se a carne que, além do seu preço ter deixado decididamente de ser acessível às famílias de pequenos rendimentos, começa a escassear, sendo vítima do açambarcamento.

Outros produtos, como os ovos, por exemplo, que de modo algum podem deixar de ser considerados um artigo de primeira necessidade, viram os seu preço, de repente, passar a mais do dobro.

Também a água que nas casas brota das torneiras vai passar a ser mais cara, assim como a electricidade. A gasolina passou para 17\$50 o litro e os transportes públicos também sofreram um aumento muito sensível.

Com todos estes aumentos, pretende a burguesia nacional fazer pagar aos trabalhadores a crise em que se debate o sistema capitalista.

### RÁDIO RENASCENÇA REABRE

Depois de ter sido entregue à Igreja, a Rádio Renascença reabriu no primeiro dia do ano.

«Actualidade Nacional»

se demitir poderá surgir um regime com a cooperação de alguns dos antigos partidos, contudo, isso não significaria, ainda segundo o «Times», um regresso do Chile à Democracia. Refere o mesmo jornal que, a verdadeira força que estará por trás dos dez generais é o general Gustavo Leigh que é normalmente reconhecido como o cérebro do golpe militar que derrubou Salvador Allende.

### MENSAGEM DO PAPA

Na sua primeira mensagem de 1976, o Papa Paulo VI disse que «a paz é um bem frágil e, hoje em dia, em algumas zonas da Terra, é atormentada e quebrada, com perigo de incalculáveis ruínas também para populações alheias e avessas a qualquer conflito». O Papa disse ainda que «as armas não podem produzir a paz, mas podem causar a ofensa e prejudicar as verdadeiras bases, que são o ânimo dos homens responsáveis pelas opiniões dos povos, ainda convencidos de que as armas mortíferas constituem a protecção válida da paz no Mundo, quando, na verdade, são a sua ameaça mais poderosa».

## Democratização da Liga dos Combatentes

A Liga dos Combatentes foi objecto de referência nos primeiros números deste jornal. A história da ADFA e a existência da Liga dos Combatentes estão muito relacionadas. Não pretendendo referir aqui exaustivamente o que já foi dito em longos artigos, queremos salientar apenas que quando os Deficientes das F. A. pretendiam ver legalizada a Associação que haviam criado acharam nos responsáveis do Ministério da Defesa de então (1.º Governo Provisório) a firme determinação de tudo fazerem para integrarem os deficientes na Liga dos Combatentes, negando-lhes assim o direito de se constituírem em associação. Foi graças à firme atitude tomada pelos deficientes de não aceitarem quaisquer relações com a Liga e de terem de imediato denunciado publicamente a natureza da Liga e quais as suas actividades fascistas antes do 25 de Abril (recordar-se o Congresso dos Combatentes no Porto, que foi motivo para uma tomada de posição de oficiais que vieram a participar no 25 de Abril de 1974) que os Deficientes das F. A. se impuseram à equipa do inistério da Defesa de então e vieram a constituir-se em associação livre e democrática, liberta de quaisquer ligações ao fascismo, antes tendo como lema repudiá-la e denunciá-la pelos crimes praticados, entre os quais, e dos maiores, a própria guerra, a real causadora da existência dos Deficientes das F. A.

No «Diário do Governo» de 16 de Dezembro de 1975 vem publicado uma portaria de Ministério da Defesa Nacional, através da qual são tornados públicos os novos estatutos da Liga dos Combatentes. Depois de lidos todos os artigos que compõem os estatutos,

(Continua na 5.ª pág.)